



A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, A COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E A COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, EM CUMPRIMENTO AO ARTIGO 135, §2º, DO REGIMENTO INTERNO, REALIZARÃO SUA 6ª REUNIÃO CONJUNTA, AGENDADA PARA OCORRER NO PLENÁRIO DEPUTADO OSNI RÉGIS E POR VIDEOCONFERÊNCIA ÀS 11H DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2022, COM A SEGUINTE PAUTA:

- I. Discussão e votação da Ata da 5ª Reunião Conjunta da Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público;
- II. Ordem do dia:
 - a) Apresentação de pareceres e abertura de vista coletiva;
 - b) Discussão e votação de pareceres;
 - c) Matérias pautadas:

DEPUTADO SARGENTO LIMA

Devolução de vista ao [PL./0233.5/2022](#), de autoria do **Governador do Estado**, que “Autoriza a doação de imóvel no Município de São Francisco do Sul”.

- Relator na Comissão de Constituição e Justiça: **DEPUTADO MILTON HOBUS**;
- Relator na Comissão de Finanças e Tributação: **DEPUTADO MARCOS VIEIRA**;
- Relator na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público: **DEPUTADO VOLNEI WEBER**.

Projetos para deliberação - 2022			
Nº	Proposições	Autoria	Ementa
1	PL./0261.9/2022	Tribunal de Justiça do Estado	Altera o art. 13 da Lei nº 5.907, de 30 de junho de 1981.
2	PL./0358.6/2022	Governador do Estado	Dispõe sobre o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPOs) pelo Agente de Segurança Socioeducativo da Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP).
3	PL./0359.7/2022	Governador do Estado	Dispõe sobre o direito de os servidores públicos dos órgãos e das instituições integrantes do Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial (CSSPPO) e da Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP) ingressarem, transitarem e permanecerem com cães de serviço em meios de transporte público, espaços públicos e estabelecimentos públicos ou privados.



4	PRS/0002.3/2022	Mesa	Altera a Resolução nº 007, de 2015, que "Dispõe sobre a instalação e manutenção de escritório de apoio à atividade parlamentar e adota outras providências", a fim de reestabelecer a Assembleia Legislativa como parte nos contratos de locação de imóvel para instalação de escritório de apoio à atividade parlamentar.
5	PLC/0019.7/2022	Ministério Público	Cria Promotorias de Justiça, cria e transforma cargos de Promotor de Justiça e cria cargos de Assistentes de Promotoria na estrutura orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, alterando a Lei Complementar nº 715, de 2018, e a Lei Complementar nº 736, de 2019.
6	PLC/0021.1/2022	Tribunal de Contas do Estado	Altera a Lei Complementar nº 202, de 2000, com o fim de acrescentar o art. 124-A.
7	PLC/0022.2/2022	Tribunal de Contas do Estado	Altera a Lei Complementar nº 202, de 2000, que "Institui a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e adota outras providências".
8	PLC/0023.3/2022	Tribunal de Contas do Estado	Altera a Lei Complementar nº 618, de 2013, que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 255, de 2004, e da Lei Complementar nº 297, de 2005, e adota outras providências".
9	PLC/0026.6/2022	Defensoria Pública	Altera a Lei Complementar nº 717, de 2018, que "Institui o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos servidores da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina e adota outras providências" e altera a Lei Complementar nº 575, de 2012, que "Cria a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, dispõe sobre sua organização e funcionamento e estabelece outras providências".
10	PLC/0027.7/2022	Defensoria Pública	Dispõe sobre a conversão de licença-prêmio e de saldo de férias dos integrantes do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina em pecúnia.
11	PLC/0028.8/2022	Tribunal de Contas do Estado	Altera a Lei Complementar nº 202, de 2000, que "Institui a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e adota outras providências".
12	PLC/0029.9/2022	Tribunal de Contas do Estado	Altera a Lei Complementar nº 202, de 2000, que "Institui a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e adota outras providências".
13	PLC/0030.2/2022	Tribunal de Justiça do Estado	Altera a composição do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, transforma cargos de juiz substituto, cria cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, altera a Lei Complementar Promulgada nº192, de 2000 e estabelece outras providências.
14	PLC/0032.4/2022	Tribunal de Contas do Estado	Dispõe sobre a organização e o funcionamento da Procuradoria Jurídica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (PROCTCE/SC) e adota outras providências.
15	PLC/0033.5/2022	Tribunal de Contas do Estado	Altera a Lei Complementar nº 255, de 2004, que "Dispõe sobre o Quadro de Pessoal, Cargos, Funções e Vencimentos dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e adota outras providências".
16	PLC/0011.0/2022	Governador do Estado	Dispõe sobre os Fundos Rotativos do Sistema Penal do Estado e estabelece outras providências.